

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1005328-20.2015.8.26.0566
Classe - Assunto	Reintegração / Manutenção de Posse - Arrendamento Mercantil
Requerente:	Bradesco Leasing S.a. - Arrendamento Mercantil
Requerido:	Claudia Cristina Ferrares

BRADESCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL
 ajuizou ação contra CLAUDIA CRISTINA FERRARES, pedindo a
 reintegração na posse do automóvel Peugeot 206 Soleil, objeto de
 arrendamento mercantil, haja vista a falta de pagamento das prestações
 contratuais, ocorrendo a mora.

Deferiu-se e cumpriu-se liminarmente a medida.

Citada, a ré não contestou o pedido.

O autor não se manifestou a respeito, embora intimado.

É o relatório.

Fundamento e decido.

À falta de contestação, presumem-se verdadeiras as alegações de
 fato formuladas pelo autor (Código de Processo Civil, artigo 344), com a
 consequência do acolhimento do pedido, pois incorrente qualquer das
 hipóteses excludentes previstas no artigo 345 do mesmo Código.

Ademais, a relação jurídica está documentalmente provada e a
 mora da arrendatária positivada não apenas pela notificação premonitória
 quanto pela citação para o processo, confirmando-se a omissão.

Diante do exposto, acolho o pedido e decreto a reintegração do
 autor na posse do veículo, por consequência da rescisão do contrato de
 arrendamento, expedindo-se comunicação à CIRETRAN.

Responderá a ré pelas custas e despesas processuais, corrigidas
 aquelas em reembolso, e pelos honorários advocatícios do patrono do autor,
 fixados por equidade em R\$ 2.000,00.

PODER JUDICIÁRIO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 29 de julho de 2016.



Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**